

Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica

RENÉ E. GERTZ

*Professor dos Departamentos de
História da PUCRS e da UFRGS*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A influência de minorias religiosas, culturais e étnicas sobre as relações entre países constitui tema de grande atualidade. No caso das relações entre Alemanha e Brasil, no decorrer dos séculos XIX e XX, temos o dado objetivo de que este último – o Brasil – aparece como o segundo maior receptor de imigrantes daquela – a Alemanha –, mesmo que numa diferença numérica muito grande em relação ao país que teria abrigado o maior contingente de alemães, os Estados Unidos. Enquanto para lá teriam emigrado, até a Segunda Guerra Mundial, cerca de cinco milhões de alemães, o Brasil teria recebido apenas algo em torno de 250.000, 5% daquele número.

Mas, diferentemente daquilo que se costuma referir em relação aos Estados Unidos, onde os imigrantes alemães se teriam inserido numa realidade caracterizada pelo *melting pot*, ao qual teriam aderido de forma rápida e maciça, e com isso teriam desaparecido muito logo como grupo claramente identificado de “alemães”, a situação brasileira teria sido muito diferente. Aqui, os imigrantes vindos da Alemanha, em geral, foram apontados como aqueles que, entre os grupos de imigrantes de maior expressão numérica – e ao lado dos japoneses –, ter-se-iam mostrado como os mais resistentes à integração, à miscigenação, à assimilação, mantendo suas características étnicas nas regiões que ocuparam, continuando a cultivar, de forma persistente, a língua e os modos de vida alemães. Durante muitas gerações, teriam apresentado relativamente baixo índice de casamentos interétnicos, a maioria deles ter-se-ia mantido fiel a confissões religiosas absolutamente minoritárias na

sociedade brasileira e vivido à margem do Estado brasileiro. Teriam se interessado muito pouco pela cidadania brasileira, ficando mentalmente identificados com sua pátria de origem. Com isso, sua lealdade para com o Brasil sempre teria sido dúbia, ao contrário de seu interesse e de sua identificação e lealdade para com a Alemanha.

Há muitos anos venho apresentando pesquisas que mostram que, se essa maneira de ver, por um lado, não está de todo errada e se alguns dos fenômenos apontados de fato existem, as conclusões aparentemente inequívocas tiradas a partir dos indícios, por outro lado, invariavelmente, afundam em contradições insolúveis. No mínimo, é necessário nuançar a realidade, e talvez estejamos diante de um caso no qual historiadores e outros cientistas sociais não conseguem superar, até hoje, uma ilusão, ao menos parcial, de ótica.

Mas isso não muda nada o fato de que no Brasil havia, historicamente, uma ideia muito claramente formada sobre o caráter, o comportamento, os interesses e o papel de alemães e descendentes, vistos como problemáticos para a constituição da nacionalidade brasileira. Na Alemanha também se enxergava os mesmos “alemães” do Brasil sob um prisma mais ou menos equivalente, ainda que sob uma perspectiva diametralmente oposta – a de que eles, justamente por preservarem suas características étnico-culturais, não estavam perdidos para a “pátria-mãe”, como acontecera com a maioria daqueles que haviam emigrado para a América do Norte.

Devo destacar que não vou fazer aqui uma reavaliação daquilo que efetivamente se deu, não vou tentar provar os equívocos em que incorre a historiografia corrente. Quem se interessar por isso pode ler meus livros mais antigos *O fascismo no sul do Brasil* e *O perigo alemão*, bem como um livro mais recente sob o título *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*.¹

Sou historiador e pretendo apresentar uma perspectiva histórica sobre a maneira como eram vistos imigrantes alemães e descendentes frente à sociedade e frente ao Estado brasileiros, e como isso, eventualmente, refletiu-se nas relações do Brasil com a Alemanha. Da mesma forma, quero ver como eles eram vistos pela Alemanha e como eles, várias vezes, foram levados em conta no estabelecimento e na administração das relações desse país com o Brasil – seja no nível oficial ou extra-oficial, isto é, seja pelos governos, seja por instituições não-governamentais, seja pela opinião pública. E isso justa-

mente para o período mais crítico – desde o pré-Primeira Guerra Mundial até o final da Segunda Guerra Mundial.

Antes de iniciar, devo, porém, definir alguns termos que utilizo em benefício da brevidade durante a exposição, para poder abranger com uma única palavra grupos ou situações mais amplos. Nesse sentido, gostaria de destacar, no entanto, que se trata unicamente de uma definição terminológica, e que não tento esconder nenhuma outra intenção – sobretudo programática – atrás dessa definição de vocábulos. É possível que em outro lugar esses termos estejam carregados de um conteúdo ou de um significado diferentes daquele que lhes atribuo aqui. Assim, em vez de referir-me constantemente a “alemães e descendentes”, vou utilizar a expressão “teutos” para designar o conjunto formado por alemães imigrados para o Brasil e por seus descendentes. Quando utilizar a expressão “alemão” ou “alemães”, estarei me referindo a pessoas com cidadania alemã, tanto na Alemanha quanto – no nosso caso –, sobretudo, no Brasil. Claro, sei que há descendentes de alemães nascidos no Brasil com cidadania alemã, mas esses casos são pontuais e esse detalhe não me preocupa – quando necessário, será feita referência a essa condição. Mesmo que pessoalmente tenha sérias restrições à utilização programática e à definição – sobretudo jurídica – do conceito de cidadãos hifenizados, utilizarei, *por comodidade linguística*, a expressão “teuto-brasileiros” para designar brasileiros de origem alemã, nascidos no Brasil ou naturalizados. Nesse caso, a expressão é utilizada em caráter puramente objetivo, isto é, não pergunto se o cidadão, subjetivamente, dá destaque a sua condição de descendente de alemães ou se, pelo contrário, não lhe dá qualquer importância ou até a renegue com veemência. Por fim, em vez de referir-me a núcleos de colonização através de alemães e/ou descendentes, utilizarei o termo corrente de “colônia(s) alemã(s)”, sem que a expressão tenha qualquer conotação político-imperialista.

DO INÍCIO DA REPÚBLICA A 1914

O período do qual pretendo tratar pode ser dividido em três fases. Uma primeira fase, que poderia ser demarcada a partir de um marco da história alemã, com a unificação do país, em 1870, como *terminus a quo*, mas que eu demarcarei a partir de um episódio político brasileiro, a proclamação

da República, em 1889, estendendo-se até o final da Primeira Guerra; uma segunda fase, correspondente aos anos da República de Weimar; e, uma terceira fase, que abrange o regime nazista, de 1933 a 1945.

A primeira e a última dessas fases foram estudadas com certa intensidade pela historiografia. Sobre a segunda fase, a bibliografia que conheço é relativamente escassa, mesmo que os anais do II Simpósio de Estudos Teuto-Brasileiros, realizado em Brasília, em 1997, apresentem um trabalho de Eugênio Vargas Garcia sobre a disputa germano-brasileira pelo ingresso no Conselho da Liga das Nações, em 1926, e mesmo que o trabalho de Rosa Helena de Santana, que se propõe a tratar, basicamente, do mesmo tema do qual pretendo falar, faça um recorte temporal que abarca alguns anos da República de Weimar, sem que, no entanto, haja referências expressas aos anos 1920.² Naquilo que tange à primeira e à terceira fases, não serei, portanto, inédito. Recorrerei à bibliografia existente – mesmo assim, espero apresentar algo que não seja totalmente familiar, ao menos a uma parte do público aqui presente. Quanto à fase intermediária, a da República de Weimar, procurarei apresentar alguns fatos por mim pesquisados nos últimos anos.

Sobre a fase que abrange os cerca de 25 anos que antecederam a Primeira Guerra, temos duas teses de doutorado que defendem posições bastante diferentes sobre as relações entre Brasil e Alemanha, e sobre o papel dos teutos nesse relacionamento, refletindo sua origem em universidades de cada uma das partes em que a Alemanha foi dividida após a Segunda Guerra Mundial. Em 1966, o historiador Jürgen Hell apresentou uma tese de doutorado – pelo que sei não publicada –, na Universidade de Rostock, República Democrática Alemã, cujo título é *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilens in ein Überseeisches Neudeutschland (1890-1914)* [*A política do Império Alemão com vistas à transformação do sul do Brasil em uma Nova Alemanha Transatlântica (1890-1914)*].³ A citação de um trecho das conclusões do autor pode dar uma ideia mais clara da tese defendida. Ele escreve:

A idéia de uma ‘Nova Alemanha’ na América do Sul remonta a um memorando redigido... em 1826, e ela experimentou, na primeira metade do século [XIX], formas as mais diversas, dentro do contexto de uma emigração em massa. Sua execução foi assumida, depois da criação do Império [Alemão], pelos portavozes da indústria de exportação e pelos ‘entusiastas colonialistas’ provenientes dos setores sociais médios, os quais, entre outros, criaram o Zentralverein für

Handelsgeographie und Förderung Deutscher Interessen im Ausland [Sociedade Central de Geografia Comercial e de Fomento dos Interesses Alemães no Exterior], o Kolonialverein [Sociedade Colonial] (desde 1884) e o Alldeutscher Verband [Liga Pangermânica] (desde 1891), o Allgemeiner Schulverein zur Erhaltung des Deutschtums im Ausland [Sociedade Educacional para a Preservação da Germanidade no Exterior] (desde 1903), orientando suas atividades para o sul do Brasil. Mesmo antes que a África entrasse no foco das atenções colonialistas, esses grupos concentraram sua ação no sentido de transformar o sul do Brasil num 'território alemão', numa 'Nova Alemanha Brasileira'.⁴

E logo a seguir:

Não através de um golpe de surpresa, que recorresse à violência, mas sim através de uma colonização planejada, de longo prazo, com emigrantes alemães, acompanhada de uma política cultural nacionalista deveria ser preparada a futura anexação.⁵

Esse trabalho foi contestado, alguns anos depois, por outra tese, defendida na República Federal Alemã, e publicada em livro, em 1971. O título do livro é *Deutschland und Brasilien (1889-1914)* [A Alemanha e o Brasil (1889-1914)], e seu autor é Gerhard Brunn.⁶ Numa referência explícita ao citado trabalho de Hell, Brunn escreve:

Há pouco tempo foi formulada a acusação de que a Alemanha tivesse perseguido uma política externa agressiva na América Latina, defendendo seus interesses de acordo com um receituário imperialista clássico. Especificamente em relação ao Brasil, foi atribuído ao Império Alemão um amplo plano subversivo para a criação de uma Nova Alemanha Transatlântica, incluindo uma anexação. Que não é possível falar de imperialismo formal, no sentido de uma dominação política ou do estabelecimento de um poder colonial no Brasil, isso se percebe até mesmo através de uma análise superficial. Simplesmente não havia condições para isso.⁷

Brunn acusa Hell de proceder de forma extremamente unilateral em sua defesa da existência de um amplo plano de conquista no sul do Brasil, deixando de levar em conta fatos que contrariariam sua tese pré-concebida, embaralhando, em muitos casos, a cronologia, motivo pelo qual o tema mereceria ser retomado.

Este segundo autor admite que a lei de emigração alemã de 1897 foi “expressamente concebida tendo em vista o fortalecimento da germanidade no sul do Brasil, com uma cautelosa política germanista de apoio às escolas de língua alemã e às igrejas evangélicas”.⁸ “Mas não é possível falar de uma ‘ação imperialista consciente e configurada’ em favor dos interesses alemães”.⁹ “Vista numa perspectiva de conjunto, a política alemã em relação ao Brasil se mostrou claudicante e sem uma concepção clara”.¹⁰

Não se trata aqui de decidir qual das duas posições é a correta. Mas, mesmo sem entrar nos méritos ou nas eventuais fragilidades de cada um dos dois trabalhos, pode-se afirmar, no mínimo, duas coisas:

1º) Para a Alemanha, seja da parte das diferentes instâncias estatais, seja da parte de organizações ou de grupos privados, os teutos no Brasil eram vistos como um elemento importante na perseguição de seus interesses. Mesmo admitindo como procedente a avaliação de Brunn de que não é correto falar de interesses políticos no sentido de transformar o sul do país num território sob controle político-militar da Alemanha, isto é, de realizar uma anexação imperialista, não há como negar que, durante o período em pauta, um grande número de instâncias, dentro da Alemanha, tinha sua atenção voltada para o sul brasileiro e para a população de origem alemã ali residente, com vistas a tirar vantagens desse fato, seja na expectativa de que essa população viesse a constituir um importante mercado de consumo para os produtos da crescente indústria alemã, seja na facilitação da obtenção de matérias-primas brasileiras. Mesmo quando essas matérias-primas se localizassem fora do sul do Brasil, e, portanto, fora das áreas tipicamente povoadas por teutos, a manutenção da identidade teuta e a consequente lealdade ao seu país de origem, aliada a uma influência crescente dessas populações no cenário brasileiro, incluindo o político, possibilitaria atingir esse objetivo. Cabe, nesse sentido, recordar que no final desse primeiro período de que estamos tratando, no imediato pré-guerra de 1914, um teuto-brasileiro, Lauro Müller, havia chegado ao importante posto de Ministro das Relações Exteriores do Brasil. E esse fato – em tese – poderia ter importantes consequências para o intercâmbio econômico com o Brasil, mesmo que os produtos em pauta ou ainda eventuais projetos para investimentos alemães não fossem específicos das regiões de colonização alemã. Assim, podemos dizer que a política do germanismo, do *Deutschtum*, teve uma importância muito grande no período de aproximadamente 25 anos de que estamos tratando aqui, neste momento.¹¹

2º) O segundo aspecto a considerar é a reação a essa política, reação que incluía países que suspeitavam dos objetivos alemães em relação ao Brasil, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, reação que, por sua vez, potencializava as suspeitas de muitos círculos e de muitas instâncias brasileiras. Também ali se partia do pressuposto de uma estreita vinculação entre interesses suspeitos da Alemanha e a população teuta no Brasil. Mesmo que certa suspeição e certa crítica à presença de teutos venha de longa data, é nesse período que vai ganhar forma e divulgação mais intensa a ideologia do “perigo alemão”, que se tornaria tão importante que jornais brasileiros chegaram a abrir colunas permanentes sobre esse tema.

Convém, por isso, apresentar, de forma muito breve, alguns aspectos tanto da ideologia e da prática do germanismo, por um lado, quanto do “perigo alemão”, por outro.

Um primeiro momento importante aconteceu logo após a proclamação da República no Brasil. Apesar de o senso comum, muitas vezes, referir-se a uma amplamente difundida simpatia pela monarquia brasileira, tanto entre instâncias alemãs quanto entre os teutos no Brasil, essa visão não é inequívoca. As simpatias são supostas a partir de dois dados: primeiro, a Alemanha era uma monarquia e o Brasil a única monarquia no continente sul-americano, daí a suposta identificação e simpatia; segundo, a própria família real brasileira tinha vínculos de parentesco com famílias germânicas reinantes no centro da Europa. Mesmo que esses dois fatos possam levar à pressuposição abstrata de uma simpatia para com a monarquia brasileira, a proclamação da República não significou, *ipso facto*, uma antipatia para com o novo regime. Além de considerações de ordem prática, do ponto de vista político-diplomático e dos interesses econômicos em jogo, o próprio D. Pedro II não era considerado um imperador que pelo seu modo de vida tivesse contribuído para que essa forma de governo fosse glorificada mundo afora. Além disso, era considerado francófilo. No que tange aos teutos do Brasil, sabe-se – sem que se possa indicar percentuais precisos – que predominavam os protestantes. E para estes a monarquia confessional não era exatamente uma forma de governo que eles pudessem encarar como a ideal. Os republicanos, com sua proposta de um Estado laico, deveriam aparecer como mais simpáticos, ao menos sob essa perspectiva. De fato, a Alemanha se comportou de forma semelhante à maioria dos grandes países, e reconheceu o novo regime dentro de um prazo comparável ao das demais nações.¹²

Cerca de três anos depois do início da República, ocorreram, porém, dois episódios políticos significativos, e em um deles a suposta estreita relação e identificação entre teutos e sua pátria de origem tiveram efeitos interessantes – nesse caso, a palavra “interessante” é adequada, pois, mesmo que os acontecimentos acabassem tendo uma conotação ridícula, foram semelhantes a muitos outros que iriam ocorrer até 1914. Um desses episódios foi a revolta da armada, movimento que se concentrou principalmente no Rio de Janeiro – mesmo que alguns episódios marcantes também tivessem ocorrido em outros locais, como em Florianópolis, por exemplo – e no qual todas as potências da época se envolveram a fim de resguardar seus interesses. Nesses acontecimentos, não houve envolvimento específico de teutos, e a Alemanha fez seu jogo diplomático, muitas vezes em sintonia com outros países.

Mas, simultaneamente, desenrolou-se, no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista. Foi uma disputa entre dois grupos de republicanos com propostas diferentes para o estado, na nova fase política que se iniciava. O envolvimento dos teutos nessa luta foi muito diversificado de lugar para lugar, e não é possível afirmar que os teutos do sul tivessem uma posição definida. O contexto local é fundamental para entender aquilo que aconteceu em cada uma das regiões. Assim, não tem maior importância perguntar pelo seu envolvimento efetivo nessa sangrenta luta. O que, porém, é importante fixar, é que havia relatórios de representantes consulares alemães sobre a possibilidade de uma fragmentação do Brasil, com o término da monarquia e a implantação de uma república. E em alguns desses relatórios se acenava com a possibilidade de o sul, mais especificamente o Rio Grande do Sul, onde haveria uma forte tradição separatista, vir a tornar-se um Estado independente. O início da guerra civil aguçava tais expectativas. Imaginava-se que numa nova unidade estatal, que tivesse o Rio Grande do Sul como centro, a influência dos teutos seria muito grande, em função de sua importância numérica – calculada em cerca de um oitavo da população total – e, sobretudo, em função de sua importância econômica.

Não se sabe se os relatórios diplomáticos alemães sobre a possibilidade de uma secessão no sul do Brasil chegaram ao conhecimento de governos de outros países ou se em países como França, Inglaterra e Estados Unidos a imprensa refletia opiniões do senso comum de que na Alemanha se trabalhava com essa hipótese da fragmentação do Brasil e a consequente

concretização de uma política anexionista. Verdade é que, nesse contexto, a imprensa do Rio Grande do Sul, em certo momento, reproduziu notícias da imprensa francesa de que Bismarck, antes de deixar o poder, em 1890, havia feito uma viagem secreta ao Brasil.

Uma das colônias alemãs mais importantes do Rio Grande do Sul foi Santa Cruz do Sul. Segundo Flávio Kothe, ela resultou da tentativa de revolucionários alemães de 1848 de construir, no meio da floresta sul-americana, a utopia que não fora possível concretizar na Alemanha.¹³ No dia 10 de fevereiro de 1894, alguns meses após o início da Revolução Federalista, um líder de populações caboclas que viviam do extrativismo nas montanhas ao norte do município, José Antônio Ferreira, mais conhecido por Zeca Ferreira, aliado a dois líderes teuto-brasileiros, Schwantes e Schilling, invadiu a sede municipal e colocou em fuga as autoridades locais. A seguir, foi realizada uma grande assembleia popular, em praça pública, na qual se decidiu proclamar a *neutralidade armada* para Santa Cruz, tendo sido designado Theodor Schilling para comandar a cidade e garantir a observância do novo *status* que fora proclamado. Como o telegrafista também fugira, carregando consigo o aparelho telegráfico, com o que a comunicação do município com o restante do país ficou muito prejudicada, chegou a Porto Alegre a notícia de que havia sido proclamado o Território Independente de Santa Cruz, e Schilling nomeado seu governador.

Como, algum tempo antes, havia circulado o referido boato da visita secreta de Bismarck ao Brasil, nada mais natural que se espalhasse a notícia apavorante de que a invasão alemã de terras brasileiras e sua anexação à Alemanha havia começado.¹⁴ Os rebeldes conseguiram manter a ocupação de Santa Cruz durante quatro meses, e, só após intensas negociações, as autoridades constituídas puderam voltar ao município. Apesar de que, hoje em dia, essas desconfianças soam ridículas e hilariantes, elas foram produto daquilo que se supunha fossem as relações da Alemanha com os teutos. Constituíam o resultado da ideologia do “perigo alemão”.

No presente caso, não há nem registros de que o episódio tenha chegado ao conhecimento do governo federal no Brasil e, ainda menos, que tenha sido tematizado por autoridades diplomáticas dos dois países. Aliás, segundo Gerhard Brunn, no nível oficial, isto é, no nível diplomático, as relações entre o Brasil e a Alemanha se desenrolaram sem grandes solavancos até a Primeira Guerra.¹⁵ Mas a presença de teutos no Brasil e a atenção que ao

menos algumas instâncias alemãs lhes dedicavam peso sobre a convivência entre os dois países.

Um episódio muito conhecido, nesse sentido, é o “caso *Panther*”. Como posso imaginar que nem todos o tenham presente em sua memória, passo a resumi-lo, na maior brevidade possível. Em 1905, um navio da marinha de guerra alemã, o *Panther*, fez uma visita ao Brasil, estendendo seu roteiro até as colônias alemãs do sul do país. Enquanto se encontrava ancorado em Itajaí, Santa Catarina, um marinheiro teria desertado, e o comandante do navio dado ordens de procurá-lo em terra firme, para prendê-lo. Nessa busca em território brasileiro, um cidadão teria se tornado suspeito de ter acobertado o desertor. Além de terem cometido diversas tropelias pela cidade de Itajaí, importunando e agredindo várias pessoas, os marinheiros alemães teriam sequestrado o cidadão que supostamente ajudara o desertor. Os acontecimentos desencadearam uma intensa celeuma na imprensa brasileira e as instâncias diplomáticas de ambos os países tiveram grandes dificuldades em contornar o caso. Mesmo que os livros de história diplomática nos ensinem que o episódio não deixou sequelas no relacionamento oficial entre os países envolvidos, o clima contra o “perigo alemão”¹⁶, tanto no Brasil quanto em países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, manifestou-se muito intensivamente, nessa oportunidade. Apesar de que essa campanha tivesse iniciado bem antes, ela, a partir desse momento, a rigor, não terminou mais até o conflito da Primeira Guerra.

Como símbolo dessa campanha pode-se arrolar um livrinho de Sílvio Romero, publicado em 1906, logo após o incidente com o *Panther*. Chama-se *O aleanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*.¹⁷ O farto material de imprensa arrolado e a importância que Romero tinha no panorama intelectual brasileiro dão uma ideia do enraizamento dessa forma de pensar a relação entre a Alemanha e os teutos estabelecidos no Brasil junto a uma parcela muito significativa da opinião pública brasileira. O autor destaca que a Alemanha tinha interesses não confessos com a população teuta.

A realidade não são as palavras doces do governo alemão, hábil em contemporizar, nem as dos seus súditos de cá, esperando o momento azado; a realidade são os desaforos do *Panther*, são os emissários despachados para as colônias, quase todos os anos, para animar os patrícios, que devem crescer e proliferar, até chegar a ocasião de se fundar o *Novo Estado*, na frase de meu amigo Koseritz.¹⁸

A campanha a favor do *Deutschtum*, do germanismo, teria conseguido talhar os teutos de forma perfeita para os interesses escusos da Alemanha. Não aceitam as tradições brasileiras, não se deixam assimilar – bem ao inverso do que aconteceu com eles no *melting pot* norte-americano –, ostentam desprezo pela vida pública brasileira, “da qual não participam de propósito”, como diz, textualmente, Romero – as grandes contendas dentro da população brasileira lhes interessam muito menos que a guerra entre o Japão e a China: “são raros moços, filhos das cidades, ordinariamente nascidos dos raríssimos consórcios de alemães com brasileiros, desviados em parte do pensar genuinamente germânico, que se deixam atrair por ambição política. É exceção singular, que nada vale”.¹⁹ A partir daí, o caminho até o separatismo seria curto.

Como Romero imagina isso? “A separação não se fará já, com o auxílio e sob o protetorado da Alemanha, por causa das perturbações que isso acarretaria diante da prevenida doutrina Monroe, freio único que contém o império, conforme os próprios alemães confessam... Não fora isso, e o governo imperial [alemão] teria já feito o que praticou em Zanzibar”. Iniciada a luta dos teutos para a separação do Brasil, o governo brasileiro há de sair a campo para contê-los; travar-se-á a luta; a Alemanha, então, intervirá com forças militares, porque não há de consentir que alemães sejam trucidados no Brasil, conforme a cantiga de sempre”. “Nessa conjuntura, aceitarão os teutos... o protetorado moral da Alemanha – e não o político, porque este o império [alemão] não lho pode dar, visto como não pode ter novas colônias na América.”²⁰

Romero não acredita, portanto, no estabelecimento de colônias no sentido político-imperialista – como outros defensores da ideologia do “perigo alemão” –, pois considera que a doutrina Monroe a afasta de arriscar essa alternativa, mas o perigo é enorme, mesmo assim. A fragmentação do Brasil seria tragédia suficiente.

O pequeno livro de Sílvio Romero permite tecer, no mínimo, mais dois rápidos comentários que ultrapassam essa questão mais diretamente ligada ao “perigo alemão”. À certa altura do livro, o autor faz uma referência a seu falecido amigo Tobias Barreto, que – como se sabe – defendeu, fervorosamente, o “germanismo” para o Brasil. Barreto teria recebido críticas por essa sua postura, e Romero sai em sua defesa, afirmando que:

...ele sabia da existência, no sul, do *alemanismo da colonização*; sabia da propaganda que, inepta no Rio de Janeiro e maquiavelicamente na Alemanha, se fazia para que esse *alemanismo colonial* aumentasse. Conhecedor dos perigos que dali proveriam ao Brasil, procurou substituir aquele *alemanismo de imigração pelo germanismo da ciência, da cultura, da educação, da fortaleza moral*, único capaz de nos aparelhar para resistir ao perigo.²¹

Transparece aqui uma postura que – aplicada a outro período – chamei de “ambivalência”, e que será retomada mais adiante. Trata-se do seguinte: Sílvio Romero endossa, de forma entusiástica, a difusão do legado científico, cultural, educacional e moral, enfim, intelectual, da Alemanha para endireitar o Brasil. No fundo, era um admirador da Alemanha, de sua cultura, de sua forma de ser e de seu desenvolvimento material – e como tal aparece no livro *Freunde der deutschen Kultur in Brasilien* [Amigos da cultura alemã no Brasil], do germanista brasileiro Karl H. Oberacker Jr.²² Mas essa admiração – e uma consequente aproximação – estava sendo perturbada pela existência dos teutos no Brasil. Parece contraditório, mas, se não existissem no Brasil os desgraçados dos teutos, a parceria com a Alemanha não só poderia, mas deveria, para o bem do Brasil, ser intensificada.

Essa era a posição de Romero e essa teria sido a posição de Tobias Barreto. Mas transparece no livro também uma situação inversa, duramente criticada pelo autor: os teutos sendo vistos como grupo a ser bajulado ou, no mínimo, a ser tratado com delicadeza por parte de políticos e por outros membros das elites brasileiras, em função dos dividendos a serem tirados em sua perseguição de interesses junto à Alemanha. Assim, Romero investe pesado contra Borges de Medeiros, governador do Rio Grande do Sul, que em uma festa realizada em julho de 1904, em homenagem ao sábio alemão dr. Robert Jannasch, um representante dos interesses imperialistas alemães, fez um discurso em que “declarou não pedir aos alemães que renunciem à sua pátria, às suas tradições e à sua língua; pelo contrário, é que honrem a terra de origem, porque assim honrarão também o Rio Grande”.²³ Jannasch foi presidente do *Centralverein für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande* (Sociedade Central de Geografia Comercial e Fomento dos Interesses Alemães no Exterior). Como tal, representava – supostamente, ou de fato – interesses com os quais Borges certamente não queria entrar em conflito. Daí – segundo Romero – a bajulação aos teutos. Mais adiante, ao refe-

rir-se a políticos com posturas iguais às de Borges de Medeiros, Romero escreveu que, “por demasiado inepta, esta imbecilidade chega a meter medo”.²⁴ Mais de uma década depois, esse mesmo Borges de Medeiros, tido como francófilo, não deu a mínima atenção à nativista e germanófoba Liga de Defesa Nacional que, em janeiro de 1917, havia decidido que o presidente da República seria o presidente nacional da organização, enquanto os governadores dos estados seriam os presidentes das respectivas seções estaduais. Em outubro, quando o Brasil entrou em guerra com a Alemanha, Borges não tinha feito absolutamente nada para organizar a Liga em seu estado, sob a desculpa de que lhe faltara tempo, motivo pelo qual foi publicamente censurado pelo presidente Wenceslau Braz.²⁵

Até a Primeira Guerra, ainda seriam publicados muitos livros semelhantes ao de Sílvio Romero sobre o “perigo alemão”, principalmente no início do conflito. Cabe citar os de Raimundo Bandeira (sob o pseudônimo: Arbivohn) – *O perigo prussiano no Brasil*, de 1914 – e o de Raul Darcanchy – *O pangermanismo no sul do Brasil*, de 1915.²⁶ Esses livros, mesmo que, às vezes, apresentem uma perspectiva um pouco diferente da de Romero, não divergem no essencial quanto àquilo que consideravam ser os objetivos alemães no Brasil e quanto ao papel dos teutos dentro do projeto de concretização desses objetivos. Raimundo Bandeira (Arbivohn), por exemplo, escreveu:

O *Reichstag* de Berlim vota anualmente uma verba para as escolas públicas alemãs do Brasil; os médicos, dentistas e advogados diplomados pelas universidades de além-Reno exercem livremente as suas profissões nas colônias teutônicas do sul. As eleições de deputados e senadores são feitas de acordo com aquelas colônias, cujos chefes políticos não se esquecem de consultar o ministro do *Kaiser*, acreditado no Rio de Janeiro. (...). Já estavam em elaboração em Berlim os códigos civil e criminal para aquela região, por ordem imperial” alemã.²⁷

E Raul Darcanchy escreveu, referindo-se às sociedades de tiro ao alvo, muito difundidas entre os teutos:

Existe no estado de Santa Catarina grande número de batalhões de atiradores alemães que, no seu conjunto, constituem um perfeito exército colonial prussiano, sob o disfarce de associações de tiro teuto-brasileiras. Esse modelo de organização militar, criada e mantida pelos alemães, é, quiçá, a mais audaciosa obra do pangermanismo levado a efeito naquela porção do território nacional. Nada falta para

RENÉ E. GERTZ

lhes dar o caráter que efetivamente têm de há muito, *tropas de desembarque já desembarcadas* no sul do Brasil: quartéis, fardamentos, espingardas, disciplina prussiana e até campos para manobras.²⁸

Claro, havia também os germanófilos, não necessariamente teutos, que saíram em defesa apaixonada dos teutos e da Alemanha. Um exemplo de germanófilo temos em Augusto Porto Alegre, que escreveu, em 1915, *A defesa da Alemanha e dos alemães do sul do Brasil*, livro no qual criticou Sílvio Romero:

A pena brilhante do insigne filósofo e escritor com rara habilidade rebuscou achar profundas incompatibilidades do viver alemão entre as populações dos três grandes estados sulinos, para, juntando essa e outras razões, às opiniões de escritores alemães, sem qualquer representação oficial na administração de sua pátria, e, por isso, sem alcance de qualquer sorte, concluir daí a iminência da absorção daquela tão bela porção territorial empossada em nome do peso do militarismo prussiano!!! Ora, nada disso procede, pois que o ponto de partida de argumentação sendo falso, falso também será o resultado.²⁹

Dentro do próprio exército brasileiro havia defensores da Alemanha e dos teutos no Brasil, como o jovem oficial Amílcar Salgado dos Santos, cujos escritos a respeito foram, mais tarde, reunidos em livro.³⁰ Mas não há dúvida de que esse tipo de escritos favoráveis aos teutos teve ressonância limitada diante da intensa campanha não só nacional, mas também internacional, do “perigo alemão”.

Sem entrar em detalhes, é necessário fazer uma breve referência ao germanismo, pois aquilo que era combatido na citada campanha contra o “perigo alemão” não eram só fantasias, sem qualquer correspondência na realidade. O *Deutschtum*, o germanismo, existia como ideologia e como prática na construção, sobretudo, de instituições. Como ideologia, defendia a manutenção da pureza étnica e a identidade cultural e religiosa dos imigrantes alemães e de seus descendentes. Isso significava: aversão a casamentos interétnicos, manutenção da língua, através da educação formal e informal, e do cultivo de costumes alemães, através da educação informal em instituições diversas, incluindo as religiosas. Os efeitos práticos foram a disseminação progressiva de instituições de caráter cultural, recreativo, esportivo, religioso, educacional, social e econômico. Nas duas últimas décadas do século

XIX e na década e meia anterior à Primeira Guerra, registrou-se uma grande expansão de instituições nas mais diferentes áreas. Associações escolares e de professores, de sínodos luteranos, de associações sócioeconômicas, como o *Volksverein* (União Popular), ligas esportivas, ligas de sociedades recreativas; os jornais em língua alemã experimentaram seu período áureo. Muitas dessas instituições mantinham intenso intercâmbio com congêneres alemãs ou até eram supervisionadas por instâncias alemãs. É o caso das igrejas luteranas, para as quais foi nomeado, por instâncias eclesiásticas alemãs, um *ständiger Vertreter*, um representante permanente, com residência no Brasil.³¹

No início da Primeira Guerra Mundial, os efeitos dessa ideologia e dessa prática puderam ser sentidos sob diversas formas. Uma das lideranças germanistas de maior destaque no Rio Grande do Sul para o período anterior à guerra foi o pastor Wilhelm Rotermund. Ao iniciar a guerra, mandou uma circular às comunidades luteranas recomendando “uma intercessão em favor de um final da luta dos povos, honroso e rico em bênçãos para a Alemanha, para a germanidade e para a Igreja Evangélica da Alemanha”.³² Na comunidade evangélica de Florianópolis, em Santa Catarina, o discurso foi semelhante. O pastor Kurt Brunow escreveu, mais tarde, que “as pregações neste tempo de guerra enfatizaram o interesse caloroso pela luta sagrada de nossos irmãos e nossos sentimentos feridos”.³³

Como manifestações do outro lado, isto é, de parte daqueles que defendiam a existência do “perigo alemão”, temos alguns exemplos entre oficiais do exército brasileiro que, durante a guerra, percorriam as regiões de colonização alemã do sul disfarçados de caixeiros-viajantes. Um desses oficiais foi o coronel Amaro de A. Villanova. Em relatório de 20 de fevereiro de 1918, escreveu que todos os teutos seriam fanaticamente pró-Alemanha, mas ele não acreditava num levante, porque, apesar dessa postura, eram muito egoístas e só pensavam em ganhar dinheiro; além disso, eram muito inteligentes e saberiam muito bem que, se tentassem um levante, seriam massacrados, pois qualquer tentativa de rebelião “daria lugar a uma terrível carnificina, onde eles seriam fatalmente liquidados”.³⁴ Essa frase sugere que se estava militarmente preparado para exterminar os teutos.

Resumindo: todo o complexo de relações entre Brasil e Alemanha, no período que vai de aproximadamente 1880 a 1914, esteve muito longe de passar *sempre* pelos teutos no Brasil. É evidente que havia instâncias brasileiras que não atentavam para a existência desse setor da população brasileira quan-

do definiam ou punham em prática seu relacionamento com a Alemanha. A mesma coisa acontecia com instâncias alemãs. Mas não há dúvida, também, de que outras instâncias, tanto na Alemanha quanto no Brasil, tinham em alta conta a existência dessas mesmas populações. Podiam ser os germanistas na Alemanha, podiam ser aqueles que pensavam poder influenciar de forma positiva a tentativa de obtenção de ganhos junto a instâncias alemãs. E podiam ser os defensores do “perigo alemão”, que, com sua campanha, produziam efeitos negativos para as relações entre os dois países. Nesse caso, havia até aqueles que apresentavam uma visão muito positiva dos alemães e da Alemanha, mas temiam os teutos. Por tudo isso, certamente não está errado afirmar que os teutos constituíram variável, no mínimo interveniente, nas relações germano-brasileiras do período.

DURANTE A REPÚBLICA DE WEIMAR

As relações entre Brasil e Alemanha entre o fim da Primeira Guerra e a ascensão dos nazistas ao poder, em 1933, não estão muito bem estudadas. Há afirmações sobre uma rápida normalização das relações, a partir de 1919. Nesse sentido, Gerhard Brunn escreve em seu citado livro que:

...depois da guerra, as relações se normalizaram rapidamente. As medidas restritivas contra empreendimentos alemães foram anuladas, em 1920 foram novamente trocados embaixadores e, em breve, o comércio alemão atingiu novamente as mesmas proporções de antes da guerra. A guerra não tivera efeitos profundos sobre o relacionamento germano-brasileiro.³⁵

O incremento do intercâmbio comercial fez com que a Alemanha se tornasse o terceiro maior fornecedor dos produtos importados pelo Brasil e, na direção inversa, a Alemanha passou a ocupar o segundo lugar como compradora de produtos brasileiros.³⁶ Foram feitos esforços de aproximação e de reversão na opinião pública brasileira em relação à Alemanha. Germanófilos como João Dunshee de Abranches Moura e Mário Pinto Serva, por exemplo, empenharam-se através da imprensa em sair em defesa da Alemanha.³⁷ Teuto-brasileiros se empenharam na arregimentação de membros da elite brasileira com o mesmo objetivo. Cabe citar, nesse sentido,

Everardo Backhäuser, que fundou, no Rio de Janeiro, uma Sociedade de Amigos da Alemanha, tentando criar seções da mesma pelo Brasil afora. Em comemoração aos festejos do centenário da Independência, em 1922, alemães com ligações com o Brasil, como o pastor Alfred Funke, editaram, na Alemanha, um volumoso livro sobre o Brasil.³⁸ Em 1923 começou a circular, no Rio Grande do Sul, um jornal destinado a restaurar o prestígio da Alemanha na opinião pública brasileira, *O Pharol*.³⁹

Paralelamente, porém, continuaram por muito tempo algumas pendengas do período da guerra. A questão dos confiscos e das indenizações durante o conflito armado arrastou-se por muitos anos. A Alemanha havia confiscado café brasileiro no porto de Hamburgo e o Brasil havia confiscado navios e bens de alemães residentes no Brasil. Essa questão continuava aberta em 1929.⁴⁰ Em 1926, aconteceu a conhecida disputa entre a Alemanha e o Brasil por uma cadeira no Conselho da Liga das Nações.⁴¹ Mesmo que não se tratasse de um confronto direto entre os dois países e mesmo que a saída do Brasil da Liga não representasse uma atitude de afronta à Alemanha, esses acontecimentos também não podiam ser vistos como benéficos a um aprofundamento da amizade germano-brasileira.

Uma coisa, no entanto, em tese, não fazia muito sentido, nesse período: falar de “perigo alemão”. Pois, após a derrota na guerra e as determinações de Versalhes, soava pouco realista que a Alemanha pudesse estar pensando em ocupar militarmente partes do Brasil. Mesmo assim, há uma série de episódios durante a República de Weimar nos quais os teutos do Brasil mais uma vez se transformaram em variável *negativamente* interveniente nas relações entre os dois países.

O Brasil continuava, nos anos 1920, interessado em imigrantes, incluindo alemães. Nesse sentido, foi enviado – como mostrou Mercedes Kothe – à Alemanha o conhecido ex-intendente de São Leopoldo, Guilherme Gaelzer Neto, para agenciar interessados em vir ao Brasil. Gaelzer, representante oficial do governo brasileiro, foi acusado de tentar tirar vantagens pessoais de sua atividade, fazendo promessas atraentes que, com frequência, não eram cumpridas, gerando protestos de representantes diplomáticos alemães.⁴²

Independente do tratamento dado aos imigrantes desse período, há um dado que precisa ser destacado nesse contexto. Normalmente se destacam os anos 1890 como a década da mais intensa imigração para o Brasil. Se os dados de uma tabela elaborada por Arthur Hehl Neiva e José Fernando

Carneiro, no final dos anos 1940, estão corretos, entraram nessa década 1.086.946 pessoas de diversas nacionalidades, o que representaria mais de um quarto de todos os imigrantes entrados no Brasil entre 1820 e 1940. A imigração alemã nessa década, no entanto, não foi a mais numérica, e os autores registram para a década de 1920 – e não para a de 1890 – um contingente três vezes superior a qualquer década anterior ou posterior.⁴³ Em 1922, a revista alemã *Der Auslandsdeutsche* comentou que “milhares de alemães são novamente despejados no Brasil... Eles vêm como aventureiros, sob o pressuposto errôneo de tentar a sorte lá fora como ‘servos do destino’”.⁴⁴ Em 1924, a mesma revista transcreveu uma nota da *Kölnische Zeitung*, segundo a qual alguém havia pregado cartazes nas ruas de Hagen anunciando que à 1 hora de determinado dia um Sr. Langenbach falaria sobre o tema “Quem quer ir para o Brasil?”. Milhares de pessoas teriam aparecido no local e na hora indicados.⁴⁵

Essa imigração da década de 1920 teve uma peculiaridade em relação aos fluxos migratórios alemães anteriores. Tratava-se de pessoas que deixaram a Alemanha em decorrência da grave crise econômica, social, política e moral do pós-guerra. Se do ponto de vista social já havia alguma diferenciação nas levas imigrantistas anteriores, essa diferenciação chegou agora a um auge, pois procuraram o Brasil os mais diversos setores da sociedade alemã, e isso sob o pano de fundo da profunda crise dessa sociedade. Essa nova onda migratória chamou a atenção não só dos brasileiros, mas dos próprios teutos já estabelecidos há mais tempo no país. Mesmo que a expressão não fosse nova, cunhou-se em relação a essa leva, nas regiões de colonização alemã do Brasil todo, a expressão *Neudeutsche*, “alemães novos”. Um comentarista teuto do interior do Rio Grande do Sul afirmou, nessa época, que mesmo que entre esses imigrantes mais recentes houvesse muita gente com bom nível cultural e educacional, como ex-oficiais do exército alemão e significativo número de detentores de diploma de curso superior, o conjunto dava a impressão de que havia vindo uma verdadeira “escória”, e a expressão *Neudeutscher*, “alemão novo”, virou “nome feio”.⁴⁶ Na mesma revista alemã em que apareceu o texto com essa avaliação, foi publicado, pouco mais tarde, um trecho da *Deutsche Zeitung* de São Paulo, que publicou um comentário sobre os imigrantes alemães recentes sob a manchete “Oh, Senhor, afasta de nós essa benção!”.⁴⁷ Mercedes Kothe cita o relatório de um diretor da colônia de Corumbataí, interior de São Paulo, segundo o qual:

“Quase a totalidade dos que se dirigiram ao Brasil após a guerra era composta de elementos da pior espécie”.⁴⁸

Se os integrantes dessa nova leva de imigrantes alemães eram avaliados dessa forma pelos próprios teutos, podemos imaginar a influência negativa que devem ter exercido na avaliação dos brasileiros sobre seus concidadãos teutos e sobre a própria Alemanha. Com isso, o “perigo alemão” não desapareceu, mesmo na década de 1920. Alguns exemplos podem ilustrar esse fato. Em 1924, ocorreu um incidente no contexto do segundo levante tenentista, em São Paulo. Os revolucionários aliciaram muitos imigrantes recentes, prometendo-lhes, após a vitória da revolução, lotes de 50 hectares de terra. Mesmo que os aliciados não fossem somente alemães, o batalhão que os congregava recebeu o nome de “batalhão alemão”, porque a língua dominante no grupo era o alemão. Como esse batalhão não só foi constituído, mas entrou em combate com tropas leais ao governo, o incidente resultou em atritos diplomáticos e reflexos sobre a opinião pública em relação aos teutos no Brasil e à própria Alemanha.⁴⁹ No início de 1926, ocorreu uma campanha na imprensa brasileira contra a “imprensa estrangeira”, na qual as referências concretas foram os jornais de língua alemã.⁵⁰ Em agosto de 1927, houve outra campanha, dessa vez contra a presença de muitos desses alemães novos na força pública de São Paulo e, no mês seguinte, a referência ao “perigo alemão” apareceu de forma explícita – inclusive com a utilização da expressão – num discurso do deputado Paulo de Frontim, frente à Conferência Parlamentar Econômica, que se realizava no Rio de Janeiro. E, em outubro, o deputado Maurício de Medeiros discursou em alusão à passagem do décimo aniversário da declaração de guerra à Alemanha, insistindo na correção da decisão tomada em 1917, e apontando para a persistência dos problemas gerados pela presença de alemães e descendentes no Brasil.⁵¹ E incidentes desse tipo repetiram-se em muitas outras oportunidades entre 1920 e 1933.

É importante lembrar que justamente no período pós-Primeira Guerra renasceu com grande intensidade o interesse germanista pelos “alemães no exterior” e, dentre eles, os teutos no Brasil ocuparam lugar de destaque. Duas instituições ganharam importância na Alemanha, uma mais antiga foi revigorada, o *Volksbund für das Deutschtum im Ausland* (VDA) (em português, algo como: Liga Nacional para os Alemães no Exterior) e o *Deutsches Ausland-Institut* (DAI) (Instituto Alemão do Exterior), criado em 1917.⁵² Muitas das

informações referidas neste texto foram buscadas na revista *Der Auslandsdeutsche*, editada por este último instituto, mostrando como o Brasil e o destino dos teutos aí residentes estavam presentes entre as preocupações dos germanistas da época. Como decorrência, as regiões de colonização alemã do Brasil foram, durante os anos 1920, destino de frequentes visitas por parte de ideólogos do germanismo da Alemanha.

Concomitante a isso, no ano de 1924, com seus festejos em torno do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, os quais se refletiram, em algum grau, sobre os teutos de todo o Brasil, as feridas da Primeira Guerra começaram a dissipar-se e a população teuta passou a trabalhar no sentido de recuperar sua autoestima e a cidadania plena. No governo de Washington Luís, a partir de 1926, esse passo foi simbolicamente atingido pela nomeação de Victor Konder como ministro dos transportes, com lembranças frequentes, nessa oportunidade, de que com isso a injustiça causada durante a guerra com a demissão de Lauro Müller do ministério das relações exteriores fora consertada.

Assim, podemos dizer que no período entre 1918 e 1933 não aconteceu nenhuma ruptura fundamental naquilo que tange aos teutos como fator interveniente nas relações entre o Brasil e a Alemanha. Sempre aconteceram alguns episódios nos quais os teutos no Brasil continuaram a afetar, em algum grau, as relações germano-brasileiras.

SOB HITLER

E chegamos então ao pós-1933. A história é mais ou menos conhecida e não entrarei em detalhes.⁵³ Mas, em certo sentido, os anos 1930 são mais semelhantes do que os anos 1920 ao período *anterior* à Primeira Guerra. Ganhou, novamente, mais força a ideologia do “perigo alemão”, por um lado, mas por outro aumentou a importância que certos círculos brasileiros atribuíram aos teutos como fator de favorecimento das relações germano-brasileiras e, finalmente – tendo a ver com esses dois aspectos –, aquilo que chamei em outro lugar de *ambivalência* brasileira aparece com mais intensidade.

O “perigo alemão” aparece nos escritos contemporâneos, tanto alemães quanto brasileiros. Dentre as fontes alemãs, cabe exemplificar com as

referências de Hermann Rauschning, colaborador de Hitler, segundo o qual o *Führer*, em certa oportunidade, teria manifestado a opinião de que o Brasil se conquistaria com a ajuda de “armas invisíveis”, isto é, os teutos aqui residentes.⁵⁴ Das obras brasileiras, as mais conhecidas são as das autoridades policiais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, respectivamente, *A 5ª coluna no Brasil* e *O punhal nazista no coração do Brasil*, mesmo que a opinião sobre os teutos no restante do Brasil não fosse diferente.⁵⁵ Essas formas de ver a relação entre teutos e a Alemanha foi retomada diante do pano de fundo objetivo de que de parte de importantes instâncias alemãs, como os citados *Volksbund für das Deutschtum im Ausland* e *Deutsches Ausland-Institut*, além de muitos outros, a política germanista ganhou novo impulso, da mesma forma que os germanistas no Brasil festejaram a recuperação da Alemanha com a ascensão do nazismo ao poder. Além da militância político-partidária expressa, que oficialmente só visava aos cidadãos alemães residentes no Brasil, a identificação com a pátria-mãe aumentou entre os círculos germanistas e, possivelmente, entre toda a população teuta, e significou, concretamente, no mínimo, simpatia com o regime alemão.

Nesse posicionamento, não transparece, até 1938, nenhuma atitude dúbia em relação ao Estado brasileiro. Pelo contrário, durante os anos 1933 a 1937, com frequência, instâncias do primeiro escalão do governo brasileiro vão utilizar até a bajulação das populações de origem alemã no país para tentar tirar dividendos para seus interesses em relação à Alemanha nazista. Basta lembrar que Vargas comparecia com regularidade aos festejos nacionais alemães promovidos pelas comunidades de teutos e em entrevistas se manifestava de forma muito positiva em relação a eles. Por tudo isso, os teutos não experimentavam nenhum conflito interior ao manifestarem sua simpatia em relação a Hitler. Pelo contrário, manifestar tais simpatias podia ser compreendido como uma contribuição ao estreitamento das relações entre o Brasil e a Alemanha. A própria historiografia tem difundido essa forma de ver a situação. Assim, um historiador escreveu: “Dentre as nações do continente [americano], o Brasil era o país que melhores condições apresentava para os projetos de expansão da influência alemã nas Américas devido à existência de colônias de imigrantes, cuja mobilização política serviu de apoio às negociações político-econômicas realizadas no plano diplomático”.⁵⁶

Mas nem tudo estava tranquilo, mesmo antes de 1938. O *brasilianista* Jeffrey Lesser publicou há poucos anos um interessante trabalho sobre a

presença japonesa no Brasil durante a Segunda Guerra. Ele mostra, no contexto da Segunda Guerra Mundial, que na opinião pública brasileira havia muitos preconceitos contra os imigrantes japoneses e seus descendentes, que eram temidos e odiados. Mas, interessantemente, Lesser constatou em muitos escritos da época um simultâneo fascínio pelo Japão e pela cultura japonesa.⁵⁷ Sem a sofisticação teórico-metodológica do estudo do historiador norte-americano, eu próprio havia falado, alguns anos antes, sobre a “ambivalência” brasileira em relação aos teutos no Brasil.⁵⁸ Nas comemorações da data do início da imigração alemã, 25 de julho, o embaixador alemão Schmidt-Elskop declarou perante ministros de Getúlio Vargas, em 1937, o seguinte: “o ‘perigo alemão’, uma ou outra vez pintado à parede por espíritos prevenidos, não existe e jamais existirá”.⁵⁹ Se o embaixador fez essa declaração num ato festivo, é porque, no mínimo, para uma parcela significativa da opinião pública brasileira os teutos constituíam um problema. E nisso é que consistiu a “ambivalência” – tinha-se grande interesse num estreitamento das relações políticas e comerciais com a Alemanha, mas, ao mesmo tempo, temiam-se os teutos “infiltrados” no Brasil. Poderia dizer-se, numa perspectiva um pouco diferente, mas semelhante àquela que fez Jeffrey Lesser em relação ao Japão e aos japoneses no Brasil, que, para muitos brasileiros, nesse momento, era muito interessante estreitar laços com a Alemanha, mas seria muito mais interessante se isso pudesse ser feito sem a presença incômoda dos teutos.

A prova de que era isso mesmo que acontecia está na incisiva campanha de nacionalização desencadeada pelo governo brasileiro no início de 1938.⁶⁰ Nesse momento, não havia nenhuma razão para reorientar a política brasileira em relação à Alemanha. A maioria das autoridades do primeiro escalão do governo brasileiro continuava simpatizando com o regime alemão e acreditava que a democracia liberal de feição anglo-americana estava morta. Mesmo assim, correu-se o risco de enfrentar a população de origem alemã.

O episódio dessa primeira fase da nacionalização – a qual seria aprofundada a partir de 1942 – trouxe consigo uma mudança de rumo por parte da Alemanha. Mesmo protestando contra as medidas tomadas em relação aos teutos, a Alemanha abandonou a ideia de que estes pudessem constituir um importante fator positivo no aprofundamento – e, agora, na manutenção – das suas relações com o Brasil. Em 1939, a Alemanha aban-

donou sua política de envolvimento com a defesa da população de origem alemã no Brasil. A partir desse momento, concentrou-se, exclusivamente, em sua prática histórica de atrair a elite brasileira não-germânica. Para exemplificar, em carta de 27 de fevereiro de 1939, o general Wilhelm Faupel, diretor do Instituto Ibero-Americano de Berlim, recomendou ao ministério alemão das relações exteriores que se convidasse o Dr. Saint Pastous, médico e reitor da Universidade de Porto Alegre, cunhado de Góis Monteiro e amigo pessoal de Vargas, para uma visita à Alemanha.⁶¹ Que essa sugestão não constituiu um caso isolado, mostra a abundante documentação sobre o considerável número de visitas de pessoal de nível superior, em especial médicos, que nada tinha a ver com a “colônia alemã” do Brasil. Foi numa leva dessas que viajou o médico Lutero Vargas, filho de Getúlio, e que acabou contribuindo de forma concreta para a aproximação, temporária, dos dois governos, ao casar-se com uma alemã.

A periculosidade atribuída aos teutos durante a guerra está amplamente documentada nas citadas fontes das autoridades policiais.

Se fosse obrigado a resumir em uma única frase aquilo que pretendi dizer sobre o papel dos teutos para as relações entre o Brasil e a Alemanha do final do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial, eu diria que se, por um lado, é verdade que grande parte dessas relações podem ser explicadas como se os teutos não tivessem existido, não se pode esquecer que, por outro lado, em muitas oportunidades, instâncias alemãs tentaram explorá-los a favor de seus interesses; instâncias brasileiras tentaram tirar dividendos de sua presença na administração de sua política em relação à Alemanha, mas em muitas oportunidades eles também pairaram como uma sombra sobre as relações germano-brasileiras, e muitos teriam desejado que eles, de fato, não tivessem existido.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não sou especialista em relações germano-brasileiras para o período pós-Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim, quero arriscar alguns palpites sobre esse período. Num recente livro de Christian Lohbauer sobre *Brasil – Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)*, não há qualquer referência à presença de teutos no Brasil, nem na bibliografia do livro é arrolado qualquer

escrito que se dedicasse a esse tema. Somente numa nota de rodapé o autor nos informa que “não há nenhuma evidência de que Geisel tenha iniciado o processo de maior aproximação com a República Federal Alemã por motivações pessoais relacionadas a suas origens familiares. Mas é bastante provável que sua simpatia pelo país seja oriunda da educação e cultura que herdou da família e que ajudaram a formar sua personalidade”.⁶² Mesmo que esse livro trate de uma forma mais ou menos restrita dessas relações, pois está centrado, basicamente, nas relações interestatais, não há dúvida de que os problemas trazidos pela influência da política germanista até 1945 fizeram com que no pós-guerra os teutos deixassem de ser levados em consideração nas relações germano-brasileiras. Além disso, o fluxo migratório em grande escala cessou. O sociólogo Achim Schrader havia caracterizado essa mudança em uma palestra no III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, realizado em 1974, em Porto Alegre, com o título: “Da migração de pessoas para a transferência de tecnologia: mudanças nas relações entre a Alemanha e o Brasil”.⁶³

O germanismo perdeu a maior parte de sua influência na Alemanha e a opinião pública alemã, hoje em dia, não se interessa pelos “alemães no exterior”. Se até a Segunda Guerra em muitas instituições e universidades alemãs se dedicava grande interesse a esse tema, hoje ele não existe mais. Para um instituto latino-americano, numa universidade alemã, possivelmente constituiria suicídio abrir uma linha de pesquisa sobre “alemães na América Latina”. O historiador Jorge Luiz da Cunha escreveu, em 1998, um artigo em que aborda a “Historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil”. Ali constata o desinteresse quase completo, na Alemanha, pela história da migração para cá. Procura explicar esse fato a partir da nova ordem instalada nos pós-1945:

...a formação da República Federal da Alemanha define e explica a formação de uma ordem social e política que agregou na forma de um Estado Democrático tradições, em si, extremamente contraditórias da cultura política alemã anterior – gestada no particularismo das organizações político-administrativas dos Estados antes da unificação, concretizada em 1871. A unidade da República Federal da Alemanha e de sua estabilidade política está fundamentada na Constituição Federal, munida de dispositivos exemplares para a solução de conflitos internos à organização social. É na Constituição Federal e no reconhecimento pelos seus

cidadãos que a República Federal da Alemanha encontra sua unidade”. Isso teria dado origem a um Patriotismo Constitucional, muito diferente do antigo patriotismo nacionalista. “E é exatamente neste ponto que podemos encontrar uma explicação para... [a] indiferença em relação aos grupos de fala e cultura alemãs na América Latina, e, portanto, também no Brasil.⁶⁴

Eu mesmo, como historiador, senti recentemente essa postura no mundo acadêmico alemão. Em 2001, a nova Universidade de Erfurt organizou um evento internacional alusivo aos 500 anos de ingresso de Lutero na velha Universidade local. Fui convidado pelos organizadores para falar sobre a história dos luteranos no Brasil. Junto com o convite, fui consultado se estaria disposto a, eventualmente, apresentar, durante a estada na Alemanha, a minha fala em mais uma ou duas outras universidades que mantêm cadeiras de História da América Latina. Naturalmente, aceitei. Mas os organizadores me comunicaram, algum tempo depois, muito constrangidos, que, infelizmente, a resposta que haviam recebido de *todos* os colegas consultados era a de que me receberiam de bom grado se eu pudesse falar de “um tema mais tipicamente brasileiro”.

No entanto, é possível que, independente das vontades expressas, cidadãos brasileiros de origem alemã, talvez, tenham tido uma maior importância para as relações entre a Alemanha e o Brasil, no pós-guerra, do que se imagina. Estou pensando não tanto nas relações formais, interestatais, mas muito mais em importantes relações e intercâmbios científicos e culturais. Interessantemente, essa importância iniciou com aqueles alemães que vieram ao Brasil porque na Alemanha não eram considerados alemães ou eram considerados maus alemães. Estou pensando no exílio, na *emigração* dos perseguidos pelo nazismo. Essa história, inclusive, está sendo recuperada, ultimamente, e, na década de 1990, foram produzidas várias obras sobre esse tema. Os *emigrados*, muitas vezes, trouxeram para o Brasil uma Alemanha de que os imigrantes tradicionais não falavam. Para citar um exemplo de um contexto que me é mais familiar: se os intelectuais teutos mais antigos se referiam, basicamente, à literatura alemã romântica, o *emigrado* Herbert Caro traduziu para o português grande parte da obra de Thomas Mann. E muitos outros deram contribuições semelhantes.⁶⁵

Mas também os teutos mais antigos não podem ser esquecidos. Muitos deles, depois da guerra, fizeram esforços no sentido de uma reaproximação

germano-brasileira. Estou pensando, por exemplo, naqueles que se reuniram nos Institutos Culturais Brasileiro-Alemães, que em anos posteriores estabeleceram convênios com o Instituto Goethe, viabilizando o reinício de uma política de difusão cultural alemã no Brasil. Quando, em 1996, o Instituto Cultural Brasileiro-Alemão de Porto Alegre festejou seu 40º aniversário, foi publicado um livro intitulado *Retratos de cooperação científica e cultural*. Quem passar os olhos por seu conteúdo encontrará ali um rol relativamente grande de atividades resultantes da parceria entre Brasil e Alemanha, e verá pelos nomes dos responsáveis de muitos dos projetos citados que a presença de teuto-brasileiros é muito significativa.⁶⁶ Certamente, a situação de Porto Alegre não constitui exceção.

Muitos teuto-brasileiros da área acadêmica e empresarial, com certeza, olham com algum ciúme para seus concidadãos cujos antepassados vieram de um outro país europeu que lhes concede, sem muitas complicações, um passaporte muito útil para facilitar sua eventual estada e atuação dentro da Comunidade Europeia. Posso imaginar que tenha sido para lembrar esse fato à “pátria dos antepassados” que a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha tenha publicado em 2001 uma colorida *História alemã no Brasil*, na qual se procura mostrar a importância que teutos – desde Hans Staden até Gustavo Kuerten e Gisele Bündchen – tiveram na construção do país, e que importância poderiam, eventualmente, ter no aprofundamento das relações entre os dois países.

Pessoalmente não posso pensar num passaporte alemão, porque meus antepassados foram cidadãos russos. Além disso, considero extremamente perigosa a existência de cidadãos hifenizados, mas como historiador sou obrigado a tentar resgatar os fatos da forma mais objetiva possível. E nesse sentido, penso que, historicamente, se deu mais ou menos isso que tentei apresentar aqui.

NOTAS

¹ GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991; GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

² GARCIA, Eugênio Vargas. O Brasil e o ingresso da Alemanha no Conselho da Liga das Nações: a crise de março de 1926; SANTANA, Rosa Helena de. O papel do imigran-

te alemão nas relações teuto-brasileiras, 1889-1924. In: MENEZES, Albene Miriam F.; e KOTHE, Mercedes Gassen (orgs.). *Anais/Seminário Brasil-Alemanha, 1827-1997, perspectivas históricas, 170 anos da assinatura do primeiro Tratado de Comércio e Navegação*. Brasília: Thesaurus, 1997, p. 48-66 e 145-149.

³ HELL, Jürgen. *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilien in ein Überseeisches Neudeutschland (1890-1914)*. Rostock: Philosophische Fakultät der Universität Rostock, 1966 (tese de doutorado).

⁴ Ibid., p.251.

⁵ Ibid., p.232.

⁶ BRUNN, Gerhard. *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*. Köln/Wien: Böhlau Verlag, 1971.

⁷ Ibid., p. XI.

⁸ Ibid., p. 282.

⁹ Ibid., p. 284.

¹⁰ Ibid., p. 285.

¹¹ Para uma análise da ampla gama de interesses alemães em jogo, cf. CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation*. Santa Cruz do Sul: Gráfica Léo Quatke da UNISC, 1995, p. 208 e segs.; CUNHA, Jorge Luiz da. A Alemanha e seus imigrantes. In: CUNHA, Jorge Luiz da; e GÄRTNER, Angelika (orgs.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: História, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003, p. 17-58.

¹² BRUNN, op. cit., p. 11 e segs.

¹³ KOTHE, Flávio R. Teuto-gaúchos: a irredutível diferença. In: FISCHER, Luís Augusto; e GERTZ, René E. *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996, p. 206.

¹⁴ GERTZ, René E. Revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: POSSAMAI, Zita. *Revolução de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 47-48.

¹⁵ BRUNN, op. cit., p. 88.

¹⁶ Pequeno resumo sobre o “perigo alemão” pode ser encontrado em GERTZ, René E. A tradição do “perigo alemão” no Rio Grande do Sul. *Vidya*, Santa Maria, ano 17, n. 29, 1998, p. 73-83. Cf. também BRUNN, op. cit., p. 201-218.

¹⁷ ROMERO, Sylvio. *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C., 1906.

¹⁸ Ibid., p. 27.

¹⁹ Ibid., p. 36.

²⁰ Ibid., p. 46-47.

²¹ Ibid., p. 53.

²² OBERACKER, Karl H. *Freunde der deutschen Kultur in Brasilien*. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1982, p. 53-64.

²³ Romero, op. cit., p. 43.

²⁴ Ibid., p. 66.

²⁵ GERTZ, *O aviador e o carroceiro*, p. 92-93.

²⁶ ARBIVOHN. *O perigo prussiano no Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Comércio”, 1914; DARCANCHY, Raul. *O pangermanismo no sul do Brazil*. Rio de Janeiro: s. e., 1915. Cf. também GUIMARÃES, Arthur. *O allemanismo no sul do Brasil: réplica a uma crítica paranaense*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1906.

²⁷ Arbivohn, op. cit., p. 5.

²⁸ Darcanchy, op. cit., p. 27.

²⁹ PORTO ALEGRE, Augusto. *A defesa da Allemanha e dos allemães do sul do Brazil*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Sportiva – Maximiano Martins & C., 1915.

³⁰ SANTOS, Capitão Amílcar Salgado dos. *Brasil – Allemanha*. São Paulo: s. e., 1931.

³¹ DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo/Porto Alegre/Caxias do Sul: Sinodal/EST/Ed. da UCS, 1984, p. 99.

³² GERTZ, *O aviador e o carroceiro*, p. 32.

³³ Apud: KLUG, João. *Imigração e luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de Desterro – Florianópolis*. Florianópolis: Papa-Livros, 1994, p. 164.

³⁴ Relatório anexo a uma carta do pastor Martin Braunschweig, de 18 de julho de 1919, em Archiv des Kirchlichen Aussenamts, Berlim, 5/2158.

³⁵ BRUNN, op. cit., p. 282.

³⁶ HILTON, Stanley E. *O Brasil e as grandes potências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 25.

³⁷ ABRANCHES, Dunshee de. *A Allemanha e a paz: apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional do Brazil*. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & Cia.,

1917; ABRANCHES, Dunshee de. *A ilusão brasileira: justificativa histórica de uma attitude*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917; SERVA, Mário Pinto. *A Alemanha calumniada*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., s. d.; SERVA, Mário Pinto. *A Alemanha saqueada*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1921.

³⁸ FUNKE, Alfred. *O Brasil e a Alemanha, 1822-1922*. Berlim: Editora Internacional, 1923.

³⁹ GERTZ, *O aviador e o carroceiro*, p. 126.

⁴⁰ CERVO, Amado Luiz; e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, p. 201.

⁴¹ GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p. 117-135.

⁴² KOTHE, Mercedes Gassen. *Relações Brasil-Alemanha e imigração (1914-1941)*. Manuscrito sem data, p. 17.

⁴³ NEIVA, Arthur Hehl; e CARNEIRO, José Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.

⁴⁴ *Der Auslandsdeutsche*, Stuttgart, ano V, n. 2, 1922, p. 59.

⁴⁵ *Der Auslandsdeutsche*, Stuttgart, ano VII, n. 5, 1924, p. 150.

⁴⁶ PESCHKE, Rudolf. Die Neudeutschen in Brasilien. *Der Auslandsdeutsche*, Stuttgart, ano IX, n. 5, 1926, p. 147.

⁴⁷ *Der Auslandsdeutsche*, Stuttgart, ano IX, n. 14, 1926, p. 468.

⁴⁸ KOTHE, *Relações Brasil-Alemanha...*, p. 17.

⁴⁹ *Der Auslandsdeutsche*, Stuttgart, ano VII, n. 20 e 22, 1924, p. 618 e 671.

⁵⁰ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 27 de março de 1926.

⁵¹ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 15 e 18 de agosto, 31 de outubro e 3 de novembro de 1927.

⁵² Sobre o VDA pode-se obter algumas informações em JACOBSEN, Hans-Adolf (ed.). *Hans Steinacher, Bundesleiter des VDA, 1933-1938: Erinnerungen und Dokumente*. Boppard am Rhein: Harald Boldt Verlag, 1970. Sobre o DAI, cf. RITTER, Ernst. *Das Deutsche Ausland-Institut in Stuttgart 1917-1945*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1976.

⁵³ Pode-se consultar GERTZ, *O fascismo no sul do Brasil*.

⁵⁴ RAUSCHNING, Hermann. *Gespräche mit Hitler*. Zürich: Europa Verlag, 1940, p. 62.

- ⁵⁵ PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1942; RIBAS, Antônio de Lara et al. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1944. Informações sobre a opinião de autoridades policiais de outras partes do Brasil podem ser encontradas em PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.
- ⁵⁶ GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Símbolo, 1977, p. 53.
- ⁵⁷ LESSER, Jeffrey. Tornando-se japonês: literatura de viagem em busca de identidade. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, vol. XXV, n. 2, 1999, p. 175-184.
- ⁵⁸ GERTZ, René E. Alemanha e alemães no Brasil: a ambivalência brasileira na década de 1930. In: CERVO, Luiz Amado e DÖPCKE, Wolfgang (orgs.). *Relações internacionais dos países americanos*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994, p. 81-91.
- ⁵⁹ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1937.
- ⁶⁰ Sobre a nacionalização e os efeitos sobre as relações Brasil-Alemanha, cf. HARMS-BALTZER, Käte. *Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938*. Berlim: Colloquium Verlag, 1970. Como essa nacionalização atingiu, no início, principalmente o sistema de escolas das regiões de colonização alemã, é importante conferir também PAIVA, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. Hamburgo: Universidade de Hamburgo, 1984 (tese de doutorado).
- ⁶¹ Documento I 218/229, Geheimes Staatsarchiv, Berlim, Alemanha.
- ⁶² LOHBAUER, Christian. *Brasil – Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, p. 58.
- ⁶³ SCHRADER, Achim. Da migração de pessoas à transferência de tecnologia: mudanças nas relações entre a Alemanha e o Brasil. In: *III Colóquio de Estudos Trento-Brasileiros*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1980, p. 199-214.
- ⁶⁴ CUNHA, Jorge Luiz da. Historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil. *Fronteiras: revista de História*, Florianópolis, n. 6, 1998, p. 14-15.
- ⁶⁵ Sobre o exílio, cf. KESTLER, Izabel Maria Furtado. *Die Exilliteratur und das Exil der deutschen Schriftsteller und Publizisten in Brasilien*. Frankfurt/M: Peter Lang, 1992; *Exil in Brasilien: die deutschsprachige Emigration 1933-1945*. Frankfurt/M: Die Deutsche Bibliothek, 1994. Cf. ainda: MOELLER, Hans-Bernhard (ed.). *Latin America and the literature of exile*. Heidelberg: Carl Winter, 1983; GORDAN, Paulus (ed.). *Um der Freiheit Willen: eine Festgabe für und von Johannes und Karin Schauff zum 80. Geburtstag*. Pfulflingen: Verlag Günter Neske, 1983; MÜHLEN, Patrick von zur. *Fluchtziel Lateinamerika: die deutsche*

Emigration 1933-1945 – politische Aktivitäten und soziokulturelle Integration. Bonn: Verlag Neue Gesellschaft, 1988; SCHRADER, Achim; e RENGSTORE, Heinrich (eds.). *Europäische Juden in Lateinamerika.* St. Ingbert: Werner J. Röhrig Verlag, 1989; KOHUT, Karl; e MÜHLEN, Patrick von zur (eds.). *Alternative Lateinamerika: das deutsche Exil in der Zeit des Nationalsozialismus.* Frankfurt/M: Verwuert, 1994.

⁶⁶ ROHDEN, Valério (coord.). *Retratos de cooperação científica e cultural: 40 anos do Instituto Cultural Brasileiro-Alemão.* Porto Alegre: ICBA/Goethe Institut Porto Alegre/EDIPUCRS, 1999.

RESUMO: A presença de minorias étnicas dentro do território de determinado país costuma ter algum tipo de reflexo nas relações desse país com o país de origem da respectiva minoria. Aqui se analisa a possível influência positiva e negativa da presença de descendentes de alemães no Brasil sobre as relações com a Alemanha, no decorrer do tempo. A análise se estende da segunda metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, compreendendo também uma tentativa de verificar como esse tema foi visto pela historiografia pertinente.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Brasil e Alemanha, identidade étnica, germanismo.

ABSTRACT: The presence of ethnic minorities inside the territory of a certain country uses to cause some type of influence on the relations between this country and the country of origin of this particular minority. Here it is analyzed a possible positive and negative influence of the presence of German descendents in Brazil on the relations with Germany, during a certain time period. The analysis extends from the second half of the 19th century to World War II, and includes the attempt to verify how this topic was seen by the relevant historiography.

KEY-WORDS: Relations between Brazil and Germany, ethnic identity, germanism.

